



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO  
FEDERAL**

**Brasília-DF  
RELATÓRIO ANUAL DE 2017**

## ÍNDICE

<b>1 - Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>2 - Atividades de Controle Externo .....</b>	<b>3</b>
<b>2.1 - Sessões Plenárias .....</b>	<b>3</b>
<b>2.2 - Pareceres .....</b>	<b>3</b>
<b>2.3 - Representação .....</b>	<b>5</b>
<b>2.4 - Recursos .....</b>	<b>5</b>
<b>2.5 - Procedimentos Internos .....</b>	<b>6</b>
<b>2.6 – Ouvidoria .....</b>	<b>6</b>
<b>3 - Execução de Acórdãos .....</b>	<b>7</b>
<b>4 - Atividades Administrativas .....</b>	<b>7</b>
<b>4.1 - Afastamento de Procuradores .....</b>	<b>7</b>
<b>4.2 - Força de Trabalho .....</b>	<b>8</b>
<b>4.3 – Palestras, Treinamento, Capacitação e Reuniões.....</b>	<b>9</b>

### ANEXOS

<b>Anexo I - Demonstrativos de Distribuição de Processos.....</b>	<b>14</b>
<b>Anexo II - Representações .....</b>	<b>16</b>
<b>Anexo III - Recursos .....</b>	<b>26</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, com as atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, é composto da Procuradoria-Geral, de quatro

Procuradorias e do Colégio de Procuradores. As Procuradorias têm idênticas competências e são titularizadas pelos membros do Ministério Público, por ordem de antiguidade. O Procurador-Geral acumula as funções da Procuradoria-Geral com as de sua Procuradoria.

Em razão da aposentadoria da Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias, titular da 1ª Procuradoria, atualmente, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal é composto pelos seguintes procuradores:

- Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira – Procuradora Geral do MPC/DF e titular da 2ª Procuradoria;
- Demóstenes Tres Albuquerque – titular da 3ª Procuradoria; e
- Marcos Felipe Pinheiro Lima – titular da 4ª Procuradoria.
- Marcos Felipe Pinheiro Lima – GP1P – Procurador em Substituição.

Entre suas funções institucionais, incumbe à Procuradoria-Geral elaborar Relatório Trimestral de Atividades de modo a colaborar com o Tribunal de Contas do Distrito Federal no cumprimento do disposto nos artigos 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e 82 da Lei Complementar nº 1/94. Por isso, foi elaborado o presente relatório, abrangendo o período de **1º de janeiro a 31 de dezembro do corrente exercício**.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
Procuradora-Geral

## **2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO**

### **2.1 SESSÕES PLENÁRIAS**

Tendo em vista a determinação constante do art. 41 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Ministério Público de Contas fez-se presente em todas as **189** (cento e oitenta e nove) **Sessões** realizadas no período, conforme descrito no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Sessões por Tipo de Sessão**

<b>Tipo de Sessão</b>	<b>Sessões</b>
<b>Ordinária</b>	86
<b>Extraordinária</b>	0
<b>Extraordinária Administrativa</b>	36
<b>Extraordinária Reservada</b>	63
<b>Especial</b>	4
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>

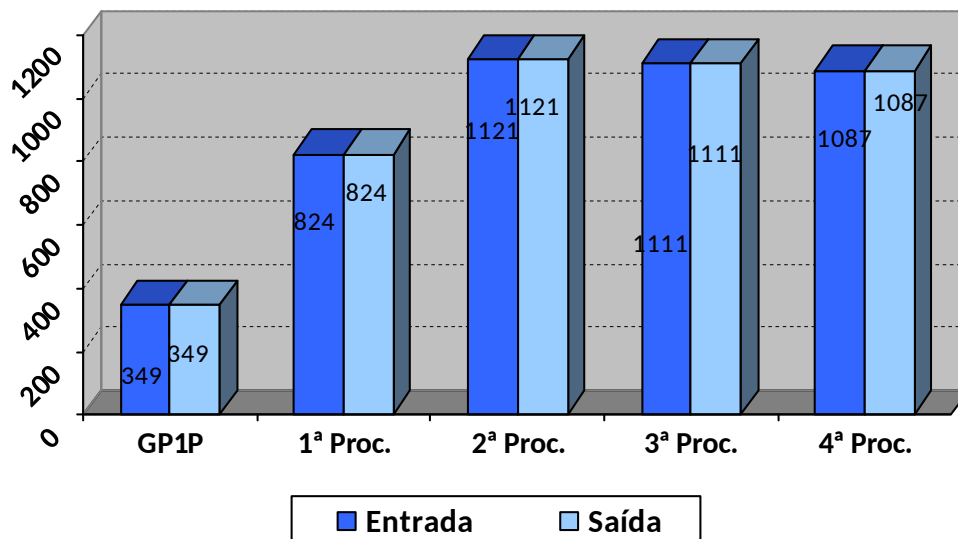
A Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, a Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias, o Procurador Demóstenes Tres Albuquerque e o Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima participaram, respectivamente, de **67, 22, 65, 35** Sessões Plenárias, tendo havido, no período, **22 (vinte e dois)** pedidos de vista de processos submetidos a julgamento.

## **2.2 PARECERES**

No **período** referenciado, ingressaram **4.492** (quatro mil, quatrocentos e noventa e dois) processos no Ministério Público e foram emitidos **4.492** (quatro mil, quatrocentos e noventa e dois) pareceres (**Anexo I – Quadros 1 e 2**).

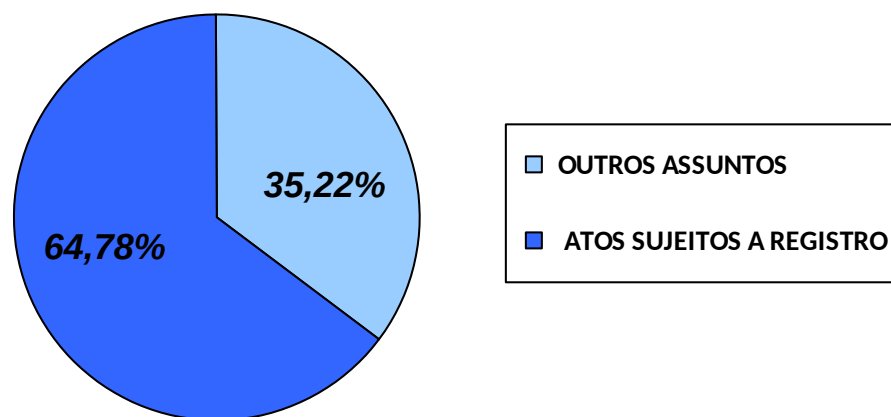
Obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural, os processos submetidos à apreciação do Ministério Público foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias, conforme demonstrado no **Gráfico 1**.

**Gráfico 1 – Comparativo de Entrada e Saída de processos**



Do total de 4.492 processos recebidos no ano de 2017, 2910 referem-se a Atos Sujeitos a Registro e 1.582 a outros assuntos que tramitam na Corte de Contas.

**Gráfico 2 - Comparativo entre Atos Sujeitos a Registro e Outros Assuntos**



### 2.3 REPRESENTAÇÕES

Consoante o disposto no **inciso I do art. 76 da Lei Complementar nº 1/94**, compete ao Ministério Público especializado, em sua missão de guarda da lei e fiscalização e de sua observância, promover a defesa da ordem jurídica, requerendo ao Tribunal medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário.

Com base nessa competência, o Ministério Público ofereceu ao Tribunal de Contas do Distrito Federal **84 (oitenta e quatro)** representações, conforme descrito no **Quadro 2** e detalhamento apresentado no **Anexo II**.

#### **Quadro 2 – Representação por Procuradoria**

<b>Procuradoria</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1ª Procuradoria</b>	5
<b>2ª Procuradoria</b>	51
<b>3ª Procuradoria</b>	16
<b>4ª Procuradoria</b>	11
<b>GP1P</b>	1
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>

#### **2.4 RECURSOS**

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do Tribunal, podendo interpor Recurso de Reconsideração, Embargos de Declaração, Recurso de Revisão, Pedido de Reexame e Cautelar, além de Agravo Regimental.

No período, foram formulados 17 (dezessete) recursos, sendo **nove** Pedidos de Reexame e **sete** pedidos de reconsideração e 1 embargo de declaração, conforme descrito no **Quadro 3** e detalhamento apresentado no **Anexo III**.

#### **Quadro 3 – Recursos por Procuradoria**

<b>Procuradoria</b>	<b>Pedidos de Reexame</b>	<b>Recurso de Reconsideração</b>	<b>Embargos de Declaração</b>	<b>Recurso de Revisão</b>	<b>Cautelar</b>	<b>Total</b>
---------------------	---------------------------	----------------------------------	-------------------------------	---------------------------	-----------------	--------------

<b>1ª Proc.</b>	2	0	0	0	0	2
<b>2ª Proc.</b>	3	1	0	0	0	4
<b>3ª Proc.</b>	1	5	1	0	0	7
<b>4ª Proc.</b>	3	1	0	0	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>

## 2.5 PROCEDIMENTOS INTERNOS

Os Procedimentos Internos – PI, regulamentados pela **Portaria PORT/PG/MPC 02**, de 13 de setembro de 2010, são instaurados em razão de fatos encaminhados ao Ministério Público de Contas e distribuídos às Procuradorias, conforme critério de sorteio ou vinculação.

No exercício de 2017, foram encaminhadas **124** (cento e vinte e quatro) solicitações ao MPC/DF, distribuídas às Procuradorias conforme demonstrado no **Quadro 4**:

**Quadro 4 – Procedimento Interno por Procuradoria**

<b>Procuradoria</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1ª Procuradoria</b>	9
<b>2ª Procuradoria</b>	62
<b>3ª Procuradoria</b>	21
<b>4ª Procuradoria</b>	29
<b>GP1P</b>	3
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>

## 2.6 OUVIDORIA

A Ouvidoria do MPC/DF, criada pelos **ATOS INTERNOS/MPC nº 01/2010 e 07/2013**, é um canal colocado à disposição do cidadão para o recebimento de denúncias, reclamações, sugestões e outras matérias relacionadas à atuação do Ministério Público de Contas.

Consoante o art. 2º do ATO INTERNO/MPC nº 7, de 6 de dezembro, 2013, o Ouvidor será eleito pelo Colégio de Procuradores para mandato de dois anos, admitida uma recondução, competindo-lhe receber as manifestações dos cidadãos e encaminhá-las ao

Procurador Geral para adoção de providências cabíveis, entre as quais a instauração de procedimento interno e distribuição aos Órgãos do Ministério Público de Contas.

### 3. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

O **Quadro 5** abaixo apresenta o quantitativo total de processos encaminhados à Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF para fins de cobrança administrativa ou judicial.

**Quadro 5 – Quantitativo de Processos encaminhados à PGDF**

Situação do Processo	Quantidade
Com ação no TJDFT	261
Inscritos em dívida ativa	164
Quitados	133
Parcelados	7
Outras situações	327
<b>TOTAL</b>	<b>892</b>

O Ministério Público encaminhou, no exercício de 2017, **99 (noventa e nove)** Acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal à Procuradoria Geral do Distrito Federal, para fins de cobrança judicial ou administrativa da dívida.

### 4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

#### 4.1 AFASTAMENTO DE PROCURADORES

O quadro abaixo relaciona os afastamentos dos Procuradores do Ministério Público de Contas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017:

Procurador(a)	Férias	Recesso	Outros
Cláudia Fernanda de O. Pereira	17 a 30/4/2017		8 e 09/06/2017
	1 a 11/5/2017		22 a 29/09/2017
	7 a 11/08/2017		
	15 a 17/08/2017	12 a 14/09/2017	
	12 a 14/09/2017	19 a 21/09/2017	
	19 a 21/09/2017		
	03 a 10/10/2017		
	13 a 31/10/2017		



<b>Márcia Ferreira Cunha Farias</b>	24 a 27.01.2017		
	01 a 03/02/2017		Aposentou em
	13.02 a 24.02.2017	01 a 15/01/2017	08/09/2017
	10 a 12/4/2017		
	2 a 11/5/2017		
<b>Demóstenes Tres Albuquerque</b>	17 a 28/07/2017		
	23 a 31/08/2017		
	01 a 06/09/2017	01 a 15/01/2017	15.01 a 26.01.2017
	09 a 17/11/2017		
	-		16 a 24.01.2017
			2 a 12/03/2017
<b>Marcos Felipe Pinheiro Lima</b>	24 a 30/4/2017		21 a 31/08/2017
	1 a 4/5/2017	01 a 15/01/2017	01 a 09/09/2017
	12 a 15/09/2017		
	18 a 25/10/2017		
	27 a 30/11/2017		

#### 4.2 - FORÇA DE TRABALHO DO MPC/DF

Conforme a **Resolução-TCDF nº 254/2013**, de 30.4.13, a estrutura operacional das Procuradorias do Ministério Público, no tocante a chefia, assessoramento e assistência, conta com **32** (trinta e dois) servidores e **três** estagiários, assim distribuídos entre as Procuradorias:

Procuradoria	Cargo	Quantidade
<b>Procuradoria Geral</b>	Chefe de Gabinete	1
	Subchefe de Gabinete	1
	Assessor	4
	Chefe de Secretaria Adm.	1
	Secretário Executivo	1
	Assistente Técnico	2
	Assistente Administrativo	2
	Auxiliar de Gabinete	2
	Estagiário	2
Procuradoria	Cargo	Quantidade
<b>GP1P</b>	Assessor-Chefe	1
	Assessor	2
	Assistente Técnico	2
	Assistente Administrativo	2
	Auxiliar de Gabinete	
<b>3ª Procuradoria</b>	Assessor-Chefe	1
	Assessor	2
	Assistente Técnico	2
	Assistente Administrativo	1
	Auxiliar de Gabinete	1
<b>4ª Procuradoria</b>	Estagiário	1
	Assessor-Chefe	1
	Assessor	2
	Assistente Técnico	2

Assistente Administrativo	0
Auxiliar de Gabinete	0
Estagiário	0

### 4.3 PALESTRAS, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E REUNIÕES

#### 4.3.1 – Procuradoria-Geral

- Audiência com a Ministra do TCU Ana Arraes. Tema: Auditoria do Sistema Prisional – Local: Tribunal de Contas da União – Data: 19/01/2017. Participante: Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
- Reunião Fórum Permanente Carcerário – OAB/DF – Plenário da OAB/DF – Data: 01/02/2017. Participante: Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Auditoria do Sistema Prisional – Local: Instituto Sezerdello Correa - Data: 06/03/2017. Participante: Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Posse das Diretorias da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) e do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas (CNPGC) – Data: 30/03/2017 – Empossada: Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, como Presidente do CNPGC.
- Reunião com o Deputado Joe Vale – Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal – Tema: Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – Data: 3/4/2017 – Local: Sala de Reunião da Presidência da CLDF. – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Audiência Pública – Ausência da Infraestrutura e de Unidades Educacionais no Residencial Paranoá Parque – Data: 19/5/2017 – Local: Residencial Paranoá Parque – Participante: Assessor Issao Iwasaki.
- Evento: Audiência Pública – A atuação do Serviço Social Autônomo de Saúde no âmbito do SUS – Data: 8/5/2017 – Local: Procuradoria da República no Distrito Federal – Participante: Assessor Harlei Sandro de Magalhães.
- Evento: Treinamento para WordPress – Instrutor: Ednaldo Ramos de Souza – Local: Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Período: 29/5 a 2/6/2017 – Participantes: Nilson de Souza Gomes, Jorge Luis Meneses Araújo e Gabriel Bertulli Rodrigues da Cunha.
- Evento: XI Fórum do MPC – Data: 8 e 9/6/2017 – Local: Ministério Público de Contas do Estado de Tocantins. – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: PNLD – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Data: 27/6/2017 – Local: Academia Nacional de Polícia Federal – Rodovia DF 001 – Km 02 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

- Evento: Assinatura do Protocolo Intenções de Créditos Fiscais – Data: 31/7/17 – Local: Gabinete da Presidência do TJDF – Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Participação do 2º Encontro de Desenvolvimento: O Processo de Mudança e a Orientação de Resultados no Ministério Público de Contas Brasileiro 2017 – Data: 21/7/17 – Local: São Paulo-SP - Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Reunião técnica para debater modelo de Fiscalização do Sistema Prisional – Data: 31/7/17 – Local: Instituto Serzedello Correa-ISC - Participantes: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira e Assessora Carla Queiroz Alves.
- Evento: Audiência Pública do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – Tema: Política da desertificação - Data: 21/8/17 – Local: TCE/PI - Teresina-PI - Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Visita Institucional CPADSI – Centro de Apoio à Investigação – Data: 6/9/17 - Local: Ministério Público Militar - Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Posse da Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge – Procuradora-Geral da República – Data: 18/9/17 – Local: Procuradoria-Geral da República - Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Reunião da Auditoria do Sistema Prisional – Local: Tribunal de Contas da União – TCU – Data: 29/11/2017 – Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Cerimônia do Dia Internacional de Combate à Corrupção – Local: Procuradoria Geral da República – data: 4/12/2017 – Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Solenidade de recebimento de Medalha do Mérito Musical – Local: Minas Brasília Tênis Clube – Data: 05/12/2017 – Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- Evento: Seminário de Combate a Corrupção \_ MPDFT – Local: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios – Data: 06/12/2017: Participante: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

#### **4.3.2 - Primeira Procuradoria**

- Audiência Pública Sobre a Crise Hídrica – Data: 14/03/2017 – Local: Auditório da Sede do MPDFT – Participante: Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.
- Posse das Diretorias da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) e do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas (CNPGC) – Data: 30/03/2017 – Participante: Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.
- Curso: Instrutoria no TCDF - Data: 8 a 10/3/2017 e 20 e 21/03/2017 – Local: Escola de Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Instrutor: Pedro Paulo Carbone –

Doutor em Economia e Mestre em Administração e Sylvio Maestrelli – Especialista em Educação Empresarial e em Recursos Humanos. Participante: Daniele Milagre Batista.

- Curso: Instrutoria no TCDF - Data: 6 a 8/02/2017 e 20 e 21/02/2017 – Local: Escola de Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Instrutor: Pedro Paulo Carbone – Doutor em Economia e Mestre em Administração e Sylvio Maestrelli – Especialista em Educação Empresarial e em Recursos Humanos. Participante: e Ralph Albert Moor Wagner.
- Tutoria em AED – Data: 15/02 e 31/03/2017 - Local: Ambiente Virtual Moodle e encontros presenciais na Escola de Contas do TCDF nos dias 06/03 e 31/03/2017 – Instrutora: Anelise Pereira Sihlier (Inteletto Consultoria) – Participantes: Daniele Milagres Batista e Ralph Albert Moor Wagner.
- Curso: Excel Avançado – Data: 20 a 24/03/2017 – Local: Escola de Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Instrutor: Josdeyvi Magalhães Russi. Participante: Felipe Ramos Barbosa.
- Curso: Regime Próprio de Previdência Social – Data: 27 a 31/03/2017 – Local Escola de Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Instrutor: Michel Martins de Moraes – Participante: Marcos Maciel Abreu de Andrade.
- Evento: Direito Administrativo no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica: Data: 26 e 27/4/2017 – Local: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Universidade da Força Aérea do Rio de Janeiro – Participante: Daniele Milagres Batista (Como instrutora).
- Evento: Curso: Tomada de Contas Especial – Ministrado pelo Professor: Guilherme Henrique De La Roque – Local: Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Período: 25 e 26/5/2017 – Participante: Marcos Maciel A. de Andrade.
- Evento: Curso de Oratória – Data: 5 a 9/6/2017 – Ministrado pela Professora Paula Cobucci - Local: Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Participante: Daniele Milagres Batista.
- Evento: PNLD – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Data: 27/6/2017 – Local: Academia Nacional de Polícia Federal – Rodovia DF 001 – Km 02 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte – Participante: Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.

#### **4.3.3 - Terceira Procuradoria**

- Curso: Instrutoria - Data: 8 a 10 e 20 e 21/03/2017 – Local: Escola de Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Ministrado, Instrutor: Pedro Paulo Carbone – Doutor em Economia e Mestre em Administração e Sylvio Maestrelli – Especialista em Educação Empresarial e em Recursos Humanos. Participante: Luciano Wagner Firme.
- Curso: Processo nos Tribunais de Contas: Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos – Ministrado pelo Professor: Odilon Cavallari de Oliveira - Local: Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Período:15 a 19/5/2017 – Participante: Sérgio Araújo Amorim Lopes.

#### **4.3.4 - Quarta Procuradoria**

- Curso: Tomada de Contas Especial – Ministrado pelo Professor: Guilherme Henrique De La Roque – Local: Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Período: 25 e 26/5/2017 – Participante: Maria Ester Lessa Brandão Nogueira Oliveira Moraes.
- Curso: 15º Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública – Ministrado pelo Professores: Ministros Carlos Aires Brito e Luís Roberto Barroso e dos Mestres Joel Menezes Nibuhr, Marçal Justem Filho e Cláudio Sarian Altounian e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes - Local: Brasília-DF – Windsor Plaza - Período: 1 e 2 de junho de 2017. – Participante: Markos Flávio Sales Duarte.

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **RELATÓRIO ANUAL DE 2017**

# **ANEXOS**

**ANEXO I – Demonstrativos de Distribuição de Processos**

**ANEXO II – Representações**

**ANEXO III – Recursos**

**ANEXO I****DEMONSTRATIVOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS****Quadro 1 - Movimentação de processos por Assunto**

Assunto	Entradas						Saídas de Processos com Pareceres					
	GP1P	1ª Proc.	2ª Proc.	3ª Proc.	4ª Proc.	TOTAL	GP1P	1ª Proc.	2ª Proc.	3ª Proc.	4ª Proc.	TOTAL
ADMSND	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1
ADM PES	46	73	100	111	99	429	46	76	100	111	99	432
AGESTAO	0	0	0	2	1	3	0	0	0	2	1	3
AGF	1	3	2	0	1	7	1	3	2	0	1	7
ANAJUSTE	0	1	11	5	1	18	0	1	11	5	1	18
ANCONCES	13	20	19	32	30	114	13	19	19	32	29	112
ANDENUNCIA	0	1	5	6	4	16	0	1	4	6	4	15
APOSENT	164	339	429	431	438	1801	165	338	430	429	439	1801
AUD IN	1	5	4	4	8	22	0	5	4	5	8	22
AUD OP	1	6	6	4	6	23	1	4	6	4	6	21
AUD OUT	0	5	5	9	5	24	0	5	5	9	5	24
AUD RE	8	18	27	24	35	112	8	19	26	24	36	113
AUD REC EX	1	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	2
CONSULTA	0	1	3	3	2	9	0	1	3	3	2	9
CONTGOV	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1
CONTRATO	1	4	10	9	6	30	1	5	10	9	5	30
DEFESA	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
DENUNCIA	3	9	11	9	10	42	3	9	11	8	10	41
DISP INEX	1	5	7	7	6	26	1	5	7	7	6	26
EDITALCONC	2	4	5	7	6	24	2	4	7	7	6	26
EST ESP	1	2	7	6	5	21	1	2	8	8	6	25
FIS PESSOAL	1	1	1	0	3	6	1	1	1	0	3	6
INSPECAO	1	7	13	10	6	37	1	8	13	11	6	39
LICITACAO	12	19	21	32	20	104	12	18	21	32	20	103
LIM PRECAT	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
MONITTEDEC	6	5	5	6	6	28	6	5	5	6	6	28
PEDPROROG	0	1	1	1	1	4	0	1	0	1	1	3
PENCIV	33	74	101	97	88	393	33	74	102	97	89	395
PENMIL	8	21	22	20	21	92	8	21	22	21	21	93
PLANORC	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1
PRESTCONT	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
RECURSO	0	1	0	1	0	2	0	1	0	1	0	2
REFORMA	8	20	17	16	20	81	8	20	17	17	20	82
REPRES	11	61	129	95	90	386	11	61	124	92	89	377
SOL INF	2	1	4	3	2	12	2	0	4	3	1	10
SUP FUNDOS	0	1	0	1	1	3	0	1	0	1	1	3
TCA/PCA	9	51	61	67	68	256	9	48	65	66	67	255
TCE	14	65	93	92	95	359	14	68	92	93	96	363
<b>TOTAL</b>	<b>349</b>	<b>824</b>	<b>1121</b>	<b>1111</b>	<b>1087</b>	<b>4492</b>	<b>349</b>	<b>824</b>	<b>1121</b>	<b>1111</b>	<b>1087</b>	<b>4492</b>

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico – e-TCDF.

**Quadro 2 - Movimentação de Processos por Período**

MÊS	GP1P		1ª Procuradoria		2ª Procuradoria		3ª Procuradoria		4ª Procuradoria		Acumulado	
	entrada	saida	entrada	saída	entrada	saída	entrada	saída	entrada	saída	entrada	saída
<b>Janeiro</b>			124	24	134	5	124	7	127	47	509	83
<b>Fevereiro</b>	-	-	107	99	97	152	105	123	103	92	412	466
<b>Março</b>	-	-	107	152	117	109	105	154	106	124	435	539
<b>Abril</b>	-	-	85	67	76	96	86	63	85	84	332	310
<b>Mario</b>	-	-	97	113	106	64	98	102	97	107	398	386
<b>Junho</b>	-	-	121	109	122	126	120	100	120	74	483	409
<b>Julho</b>	-	-	99	118	85	99	84	69	94	147	362	433
<b>Agosto</b>	-	-	84	101	107	118	113	128	117	70	421	417
<b>Setembro</b>	-	-	0	41	147	131	141	106	141	102	429	380
<b>Outubro</b>	216	40	-	-	73	118	82	126	61	103	432	387
<b>Novembro</b>	131	172	-	-	53	88	51	105	35	108	270	473
<b>Dezembro</b>	2	137	-	-	4	15	2	28	1	29	9	209
<b>Total no Ano</b>	349	349	824	824	1121	1121	1111	1111	1087	1087	4492	4492
<b>SALDO ANUAL</b>	<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>	

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico – e-TCDF.



## **ANEXO II**

### **REPRESENTAÇÕES**

#### **Primeira Procuradoria**

- Representação nº 01/2017-MF, de 31/5/2017 – Processo nº 16992/2017-e - acerca de possível precariedade no funcionamento de conselhos de políticas públicas vinculados a diversas secretarias de estado.
- Representação nº 02/2017-MF, de 31/7/2017 – Processo nº 22639/2012 - Solicita realização de inspeção para investigação a respeito de regularidade da alienação de madeiras dos maciços florestais Projetos Paranoá-Parque, Brazlândia, São Sebastião e Paranoá, assim como determine aos órgãos competentes urgentes medidas para coibir a invasão nas terras a que se refere a Representação e realize a remoção de invasores já estabelecidos (Processo nº 22.639/2012-PROFLORA).
- Representação nº 3/2017-MF – de 3/8/2017 – Processo nº 25207/2017-e - Trata-se de Representação acerca de possível nepotismo cruzado.
- Representação nº 4/2017-MF, de 31/8/2017 – Processo nº 27781/2017-e - Em razão da ausência de estudos técnicos atuariais para dissolução da segregação de massas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal – RPPS.
- Representação nº 5/2017-MF – de 6/9/2017 – Processo nº 28680/2017-e - no âmbito da PMDF, bem como ausência de projeto básico, pesquisa de preços e licitação para a contratação de serviços.

#### **Segunda Procuradoria**

- Representação nº 1/2017–CF, de 12/1/2017 – Processo nº 784/2017-e - O MPC representa acerca da situação crítica do sistema penitenciário do Distrito Federal. Superlotação. Violação de direitos fundamentais. Afronta à CF/88. Atuação o MPC distrital e de outras unidades da Federação. Pedido cautelar. Deflagração de Auditoria Operacional.
- Representação nº 2/2017–CF, de 12/1/2017 – Processo nº 1889/2017-e - O MPC apresenta Representação acerca de possíveis irregularidades em Programa Habitacional no DF.
- Representação nº 3/2017–CF, de 16/1/2017 – Processo nº 1935/2017-e - O MPC apresenta Representação acerca da falta de manutenção do sistema de ar-condicionado dos Hospitais Públicos. Inexistência de contrato regular de manutenção. Apuração das responsabilidades pela morosidade. Fiscalização.
- Representação nº 4/2017-CF, de 09/03/2017 – Processo nº 7593/2017-e - O MPC apresenta Representação sobre Estratégia de Saúde da Família. Implementação.

Representação do Sindmédico. Estrutura material e física e de recursos humanos para a prestação dos serviços. Fiscalização.

- Representação nº 5/2017–CF, de 16/01/2017 – Processo nº 1978/2017-e - O MPC apresenta Representação sobre o Fornecimento de combustível para caldeiras hospitalares da SES/DF. Prestação de serviços sem cobertura contratual. Dispensa de licitação. Representação para aferir de quem é a responsabilidade pela ausência de licitação, sem descuidar da necessária análise acerca, ainda, da pertinência do uso desse tipo de óleo poluente, inclusive, sua qualidade, economicidade e eficiência, para o sistema, como um todo.
- Representação nº 6/2017–CF, de 16/1/2017 – Processo nº 2354/2017-e - O MPC apresenta Representação sobre possíveis irregularidades no âmbito do SLU. Contratação de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis e a integração de cooperados. Respeito à legislação e ao direito dos reais beneficiários. Representação para que a Corte possa averiguar como se dá o processo de contratação de cooperativas e a integração dos cooperados, bem assim, como está sendo feito o acompanhamento do contrato, inclusive, se o valor envolve tonelada comercializada, valor fixo anual, etc.
- Representação nº 7/2017–CF, de 2/2/2017 – Processo nº 4225/2017-e - O MPC apresenta Representação acerca de Irregularidades graves no Hospital de Base do Distrito Federal, em especial na UTI Neonatal. Necessidade de fiscalização para solução dos problemas. Relatório de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem do DF – COREN/DF.
- Representação nº 08/2017–CF, de 10/03/2017 – Processo nº 26314/2016-e - Secretaria de Estado de Saúde. Fundação Universitária de Cardiologia – ICDF. Possíveis irregularidade na contratualização dos serviços de cardiologia. Necessidade de a SES prover os serviços de Cardiologia.
- Representação nº 09/2017–CF, de 10/03/2017 – Processo nº 7682/2017-e - Secretaria de Estado de Saúde. Fundação Universitária de Cardiologia – ICDF. Serviços de UTI. Necessidade de fiscalização dos contratos 04 e 243/13 – SES X ICDF. Necessidade de a SES prover os serviços de UTI Cardiológica.
- Representação nº 10/2017–CF, de 10/03/2017 – Processo nº 26187/2016-e - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Fundação Universitária de Cardiologia – ICDF. Operação Drácon. Possíveis irregularidades na quitação de duas notas fiscais do ICDF.
- Representação nº 11/2017–CF, de 4/4/2017 - Processo nº 10366/2017-e – Governo do Distrito Federal. Precatórios judiciais e Requisições da EC nº 94/2016 e impactos do dispositivo constitucional em âmbito local. Necessidade de acompanhamento.
- Representação nº 12/2017–CF, de 24/03/2017 – Processo nº 9006/2017-e - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Prestação de serviços de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termosensíveis. Contrato 9/2010. Graves irregularidades. Necessidade de fiscalização. Possíveis prejuízos ao erário.
- Representação nº 13/2017–CF, de 24/03/2017 – Processo nº 9197/2017-e - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Prestação de serviços de reprocessamento de materiais médico-hospitalares termosensíveis. Contrato Emergencial nº 69/2016. PE 31/2017. Graves irregularidades. Necessidade de Fiscalização.

- Representação nº 14/2017–CF, de 11/4/2017 – Processo nº 11788/2017-e – Sindsaúde. Denúncia. Pagamento de hora extra. Possível prática de ato de gestão antieconômico e irregular.
- Representação nº 15/2017–CF, de 4/4/2017 – Processo nº 12199/2017-e – Necessidade de elaboração de estudos para estabelecer prazo razoável de tramitação de processos na Corte.
- Representação nº 16/2017–CF, de 10/4/2017 – Processo nº 11761/2017-e – Secretaria de Estado de Saúde. Fundação Universitária de Cardiologia – ICDF. Operação Drácon. Possíveis irregularidades na quitação de duas notas fiscais do ICDF.
- Representação nº 17/2017–CF, de 26/5/2017 – Processo nº 26187/2017 – Secretaria de Estado de Saúde. Serviços de internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Contrato 26/2010. Hospital São Francisco. Sobras Orçamentárias. Irregularidades. Necessidade de fiscalização.
- Representação nº 18/2017–CF, de 26/5/2017 – Processo nº 26187/2017-e – Secretaria de Estado de Saúde. Serviços de internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Contrato 10/2010. Oxtal – Medicina Interna e Terapia Intensiva. Sobras Orçamentárias. Irregularidades. Necessidade de fiscalização.
- Representação nº 19/2017–CF, de 6/6/2017 - Secretaria de Estado de Saúde. Serviços de internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Contrato 14/2010. Home – Hospital Ortopédico e Medicina Especializada. Sobras Orçamentárias. Irregularidades. Necessidade de fiscalização.
- Representação nº 20/2017–CF, de 22/6/2017 – Secretaria de Estado de Saúde. Serviços de internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Intensicare Gestão em Saúde Ltda. Processo 060.001.736/2016. Pagamentos. Irregularidades. Necessidade de fiscalização.
- Representação nº 21/2017–CF, de 20/6/2017 – Processo nº 19932-2017-e - Secretaria de Estado de Saúde. Aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais. Denúncia. Irregularidades (direcionamento para aquisição de material mais caro). Brasmédica. Marca Zimmer (tântalo). Necessidade de fiscalização.
- Representação nº 22/2017–CF, de 26/6/2017 – Processo nº 19924/2017-e - Representação. SINDICAL. Criação de cargo em comissão cuja natureza não é de comissão. Natureza de cargo efetivo, funções permanentes na CLDF. Concursados. Comissionados não exerceriam, de fato, funções de chefia, direção e assessoramento, tanto que essas movimentações ocorreriam de forma corriqueira. Moralidade e probidade na Administração.
- Representação nº 23/2017–CF, de 27/6/2017- Lei de Acesso à Informação – LAI – L. 12557/2011. Contas Abertas. Necessidade o usuário externo ter acesso a todas as peças e documentos do processo, sem condicionamento a qualquer decisão de mérito. Princípio de Publicidade dos atos processuais e Transparência plena.
- Representação nº 24/2017–CF, de 6/7/2017 - Processo nº 16992/17-e –Trata-se de representação acerca do precário funcionamento do Conselho Regional de Saúde do Núcleo Bandeirante.

- Representação nº 25/2017–CF, de 01/8/2017 - Processo nº 25304/2017-e - Representação do Ministério Público de Contas acerca de possível ilegalidade do Decreto Distrital 38.094/2017, que instituiu, nas Administrações Regionais, a figura dos chamados Assessores Técnicos, cujas atribuições são, de fato, de assessoramento jurídico, função reservada a cargo efetivo de advogado. Burla ao primado do concurso público.
- Representação nº 26/2017–CF, de 2/8/2017 - Processo nº 25215/2017-e - Possíveis irregularidades quanto ao atendimento aos pacientes com Síndrome de Down no Hospital Regional Asa Norte-HRAN, anteriormente realizados pelo Crisdown.
- Representação nº 27/2017–CF, de 16/8/2017 - Processo 26831/2017-e - Denúncia com a informação de que no HMIB estão sendo usados produtos proibidos para uso humano, fato atestado pela ANVISA.
- Representação nº 28/2017–CF, de 16/8/2017 - Processo nº 26823/2017-e - Supostas irregularidades no Hospital Regional de Taguatinga – HRT.
- Representação nº 29/2017–CF, de 23/8/2017 – Processo nº 26812/2017 - O MPC/DF solicita ao TCDF que adote providência cautelar para impedir a decretação de ponto facultativo no dia 08/09/2017, nesta Corte e na CLDF.
- Representação nº 30/2017–CF, de 21/8/2017 – Processo nº 26769/2017 - O MPC/DF requer ao TCDF que seja deferida medida CAUTELAR, para impedir/sustar, imediatamente, qualquer pagamento feito a título de retoração de auxílio moradia, aos Conselheiros e Procuradores desta Corte de Contas.
- Representação nº 31/2017–CF, de 22/8/2017 – o MPC/DF Requer que seja confirmada a medida liminar e declarado irregular o pagamento retroativo, referente ao pagamento de auxílio moradia.
- Representação nº 32/2017–CF, de 5/9/2017 – Processo nº 29113/2017-e - Representação. Secretaria de Estado de Saúde. Neurocirurgia HBDF. Falta de insumos e equipamentos. Precariedade. Necessidade de Fiscalização.
- Representação nº 33/2017–CF, de 8/9/2017 – Processo nº 29105/2017-e - Representação 33/2017-CF. Parcelamento de salários dos servidores públicos do GDF. Arrecadação, projeção e comparação com em relação ao valor orçado na Lei Orçamentária Anual. Necessidade de fiscalização.
- Representação nº 34/2017–CF, 6/9/2017 – Processo nº 29393/2017-e - Apuração de possível irregularidade em razão de eventual participação na gestão de empresa privada, bem como da licitude da acumulação de cargos ocupados na SES/DF e no Senado.
- Representação nº 35/2017–CF, de 8/9/2017 – Processo nº 29032/2017-e - Representação. Secretaria de Estado de Saúde. Fenilcetonúria. Aquisição de fórmulas. Suspeitas de aquisição prejudicial aos pacientes. Necessidade de Fiscalização. Cautelar. Suspensão da compra do produto “Control PKU”. Aquisição de outras fórmulas. Decisão 4705/2014.
- Representação nº 36/2017–CF, de 8/9/2017 – Processo nº 31847/2017-e - SES/DF. Programa de Residência Médica. Apuração de possíveis irregularidades relativas à

transferência de residente: concessão de repouso e de estágio, pagamento de bolsa, transferência e acumulação.

- Representação nº 37/2017–CF, de 11/9/2017 – Processo nº 29750/2017-e - Questiona o atendimento da SES para realização de cirurgias de descolamento de retina mediante contrato 240/14. Requer a análise da regularidade do credenciamento de uma única clínica para o serviço, bem assim a economicidade da aludida contratação em face do sucateamento da rede pública e a responsabilização do gestor.
- Representação nº 38/2017–CF, de 11/9/2017 – Processo nº 29628/2017-e – Corpo de Bombeiros Militar do DF. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços médicos-veterinários. Índícios de irregularidades. Suspensão do certame. Necessidade de Fiscalização.
- Representação nº 39/2017–CF, de 15/12/2017 - Lei nº 5.980/2017. Participação de empresas com sócios em comum na mesma licitação. Estudos.
- Representação nº 40/2017–CF, de 09/10/2017 – Processo nº 34478/2017-e – Pedido de acompanhamento do Programa de Gestão Regional de Saúde do DF.
- Representação nº 41/2017–CF, de 09/10/2017 – Processo nº 29750/2017-e – Equipamentos de segurança, extintores de incêndio vencidos.
- Representação nº 42/2017–CF, de 09/10/2017 – Processo nº 33960/2017-e – Pacientes com câncer, em especial de mama, não estariam sendo ministrados os medicamentos necessários para o tratamento.
- Representação nº 43/2017–CF, de 16/11/2017 – Processo nº 38929/2017-e – Possíveis irregularidades detectadas pela vistoria realizada pela Defensoria na área de ortopedia do Hospital Regional de Ceilândia.
- Representação nº 44/2017–CF, de 11/12/2017 – Processo 40532/2017 - Alegação de possível prejuízo aos cofres públicos quanto a ineficiência na aquisição de equipamentos para tratamento de diabéticos no HRT
- Representação nº 45/2017–CF, de 11/12/2017 –Judicialização de serviços da saúde. Gastos com multa decorrentes de decisões judiciais. Bloqueio de dotações destinadas ao cumprimento de sentenças judiciais. Suposta falta de assistência a uma paciente com paralisia cerebral.
- Representação nº 46/2017–CF, de 13/12/2017 – Processo 41393/2017 - Possível acumulação de cargo efetivo por servidor da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
- Representação nº 47/2017–CF, de 13/12/2017 – Processo nº 41407/2017 - Edital de Chamamento Público nº 01/2017. Objeto: celebração de termo de colaboração com Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, para, em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal, executar o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações assistenciais e não assistenciais de saúde no Serviço de Pronto Atendimento (PA) do Centro Médico da PMDF para consecução das metas e indicadores de saúde em tempo integral (24 horas/dia). Possíveis irregularidades.

- Representação nº 48/2017–CF, de 19/12/2017 – Processo nº 41679/2017 - Contratação da empresa ITJ Serviços Administrativos Ltda. ME.
- Representação nº 49/2017–CF, de 15/12/2017 – Representação a respeito de possível desvio de finalidade dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF (instituído pela Lei nº 10.633/2002).
- Representação nº 50/2017–CF, de 22/12/2017 – Processo nº 41776/2017 - Ausência de inventário de bens móveis do HRT.
- Representação nº 51/2017–CF, de 27/12/2017 – Processo 42756/2017 – Representação acerca de possíveis impropriedades e inconstitucionalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 – LDO/18.

### **Terceira Procuradoria**

- Representação nº 1/2017–DA, de 2/2/2017 – Processo nº 3512/2017 - Para que o Tribunal examine a legalidade e economicidade da contratação decorrente do Pregão Eletrônico n.º 128/2012-CAESB (Processo n.º 092.005.518/2012), referente a aquisição de sistema de gerenciamento e controle de frequência.
- Representação nº 2/2017–DA, de 7/2/2017 – Processo nº 38347/2016 - Representação para que o Tribunal examine a economicidade e legalidade dos gastos públicos decorrentes das obras de reforma do Autódromo Internacional de Brasília objeto da Concorrência n.º 015/2016 e se serão devidamente compensados com a entrega do Autódromo para gestão da iniciativa privada, conforme se depreende da Chamada Pública n.º 02/2016.
- Representação nº 3/2017–DA, de 23/2/2017 – Processo nº 5655/2017 - Representação para que o Tribunal examine a existência de possíveis irregularidades alusivas ao Concurso Público para o provimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva para o Cargo de Atendente de Reintegração Socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, referente ao Edital nº 1 - SECRIANÇA-ATRS, publicado no DODF de 26.08.2015, e alterações, que está sendo objeto de análise nos autos do Processo nº 26.484/2015-e. Alteração de critério de correção de provas, após a efetiva aplicação.
- Representação nº 4/2017–DA, de 24/2/2017 – Processo nº 6198/2017 - Representação para que o Tribunal realize os procedimentos de fiscalização necessários para apurar a responsabilidade dos entes/órgãos distritais e seus dirigentes pela crise hídrica que atinge a população do Distrito Federal.
- Representação nº 5/2017–DA, de 13/3/2017 – Processo nº 7550/2017 - Representação para que o Tribunal examine se os altos salários pagos pela CAESB e, conseqüentemente, os gastos com pessoal da Companhia, estão em consonância com os princípios da eficiência e economicidade e impactam de forma decisiva no valor da tarifa, em contrariedade com o princípio da modicidade tarifária, bem como a responsabilidade dos gestores pela ausência de divulgação da remuneração dos empregados da Companhia desde a promulgação da Lei 12.527/2011.

- Representação nº 6/2017–DA, de 3/4/2017 - Processo nº 10218/2017 - Representação para que o Tribunal examine a existência de possíveis irregularidades alusivas à renovação de contratos temporários pela Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, em detrimento do aproveitamento dos aprovados no Concurso Público para o provimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva objeto do Edital nº 1 - SECRIANÇA-ATRS, publicado no DODF de 26.08.2015, e alterações, objeto de análise nos autos do Processo nº 26.484/2015-e, e em desacordo com o resultado de Ação Civil Pública.
- Representação nº 7/2017–DA, de 3/5/2017 - Processo nº 10226/2017 - Serviço de Limpeza Urbana. Edital. Pregão Eletrônico. Amplo Objeto. Valor bilionário. Custos. Plano de Varrição. Ausência de Sistema de Monitoramento de Frotas e Equipes. Complexidade Técnica. Alcance Social. Elevado. Essencialidade dos Serviços. Necessidade de Aferição quanto à fidedignidade e exatidão. Sugestão de fiscalização especializada. Exame formal e material.
- Representação nº 8/2017–DA, de 22/6/2017 - Processo nº 19886/2017 - Representação para que o Tribunal, diante da comprovada omissão no dever de prestar contas do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP DF/GO, relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, determine a competente instauração de tomada de contas especial, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º /1994 c/c art. 185 do RITCDF.
- Representação nº 9/2017–DA, de 14/7/2017 - Processo nº 23719/2017 - Solicitação para que sejam examinados os fatos relacionados à reconstrução do Estádio Nacional de Brasília à luz do princípio da reparação integral, com a atribuição de responsabilidades e a condenação à completa reparação pelos danos imateriais causados ao Distrito Federal, daqueles que para ele concorreram.
- Representação nº 10/2017-DA, de 27/9/2017 - requer o exame de possível irregularidade praticada no âmbito da PCDF em face do não-reconhecimento, para fins de aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85, do período em que servidor integrante das carreiras da Polícia Civil do DF permaneceu à disposição do MPDFT, na condição de “requisitado”, com atuação em Procuradoria Criminal.
- Representação nº 11/2017-DA, de 3/11/2017 – Processo nº 398767/2017-e – Denúncia sobre possível transgressão funcional de servidor comissionado da Defensoria Pública do DF.
- Representação nº 12/2017-DA, de 7/11/2017 – Processo nº 38392/2017-e – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal acerca de candidato participante do concurso público para a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, questionando a situação dos “aprovados na 1ª etapa, com classificação” para o cargo de Agente da Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do certame objeto do Edital nº 01/2013, levando em conta a “não convocação” para a realização da etapa subsequente (curso de formação), aliado à solicitação de realização de “novo certame”, em detrimentos daqueles interessados, sendo que restam 217 (duzentos e dezessete) candidatos “aprovados” nas 7 (sete) etapas que constituíram a 1ª Fase do concurso, conforme editais nº 18 e 25/2014.
- Representação nº 13/2017-DA, de 20/11/2017 – Processo nº 39569/2017-e – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, acerca de possível descumprimento de requisitos legais para concessão de renúncia de receita, a teor das

disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/00), do Decreto distrital nº 32.598/10, bem assim da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Distrito Federal.

- Representação nº 14/2017–DA, de 27/11/2017 – Processo nº 38070/2016-e – Pregão Eletrônico 22/2016 Objeto: contratação de empresa(s) para prestação de serviços de Cadastramento biográfico e biométrico (identificação de pessoas, cadastro de dados em sistema próprio e realização de captura das digitais dos dez dedos de cada indivíduo, captura de assinatura para o meio digital e captura fotográfica), realizado em locais definidos pelo DETRAN/DF; digitalização por escaneamento e certificação digital de documentos apresentados pelo cidadão necessários a constituição processual como procurações, documentos de identificação; fornecimento de formulário, personalização e emissão de Documentos de Identificação de Pessoas (Carteira Nacional de Habilitação e Permissão para Dirigir, Permissão Internacional para Dirigir, Autorização Para Conduzir Veículos de Tração Animal, Credenciais para Instrutores, Diretores de CFC - Geral e de Ensino, Carteira Funcional para Servidores e Crachá para Servidores e Estagiários, com prepostagem de acordo com a especificação de cada documento.
- Representação nº 15/2017-DA, de 04/12/2017 – Processo 40346/2017 – Requer ao Tribunal a realização de fiscalização acerca da ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito da Defensoria Pública do DF – DPDF, alusivas ao deferimento de função gratificada e substituição automática a servidor licenciado para participação de curso no exterior.
- Representação nº 16/2017-DA, de 12/12/2017 – Processo 41458/2017 – Requer ao Tribunal a realização de fiscalização acerca da ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito da Administração Indireta do DF, no que pertine ao descumprimento de imposição legal prevista no art. 93 da Lei nº 8213/1991, caracterizado pelo não preenchimento de postos de trabalho por pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados do RGPS, observando-se o que dispõe a Lei federal nº 13.146/2015.

#### **Quarta Procuradoria**

- Representação nº 1/2017–ML, de 14/2/2017 – Processo nº 3652/2017- Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca da denúncia a respeito de suposta irregularidade na “contratação direta de pessoa física”, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de consultoria à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF, no valor total de R\$ 80.400,00.
- Representação nº 2/2017–ML, de 14/3/2017 – 4683/2017-e - O Ministério Público de Contas tomou conhecimento, por meio de denúncia, de possíveis irregularidades envolvendo a contratação de Instituição para realização de concursos públicos para o provimento de cargos de soldado policial militar.
- Representação nº 3/2017–ML, 16/3/2017 - O Ministério Público de Contas recebeu denúncia a respeito de eventual descumprimento pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF da r. Decisão nº 3.325/2015, proferida por esta c. Corte de Contas nos autos do Processo nº 23.340/2014, no tocante à exigência de compensação de horário dos servidores daquela SES/DF e da limitação à apresentação de 12 atestados de comparecimento por ano, de acordo com o Decreto nº 34.023/2012.



- Representação nº 4/2017–ML, de 17/3/2017 – Processo 23340/2014 - Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos, acerca da ilegalidade dos artigos 2º, § 1º da Portaria nº 20/2017-SEE/DF e 8º da Portaria 49/2017 - SEE/DF.
- Representação nº 05/2017–ML, de 10/7/2017 - Processo 21104/2017-e - Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca de supostas irregularidades no Chamamento Público da SEE/DF com o objetivo de se formar parceria entre a Secretaria e Organizações Sociais Civil, para atendimento gratuito de crianças de 0 a 5 anos.
- Representação nº 6/2017-ML, de 20/9/2017 – Processo 31231/2017-e - O Ministério Público de Contas foi cientificado acerca de possíveis irregularidades na destinação de verbas públicas para pagamento de servidores licenciados para desempenho de mandato classista, havendo indícios de que o número de servidores afastados com ônus para a Administração Pública excedesse o limite legal[1], sem que houvesse o ressarcimento dos valores pelos sindicatos envolvidos[2]. [1] Previsto no art. 146, II, a e b da Lei Complementar nº 840/2011. [2] Na forma do art. 146, parágrafo único, da Lei Complementar nº 840/2011.
- Representação nº 7/2017-ML, de 03/10/2017 – Processo nº 14774/2017-e – PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2016 Objeto: Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas para prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, região "F": "Sobradinho, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado conforme especificação constante no Termo Referência e seu ENCARTE B, nos itinerários residência-escola e vice-versa, bem como nas atividades curriculares ou extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições. ALTERADO PARA PP Nº 024/2016 – SE.
- Representação nº 8/2017-ML, de 09/10/2017 – Processo nº 33846/2017-e – Possível ofensa ao interesse público derivada de norma restritiva estabelecida no Edital nº 35/DGP-PMDF, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.
- Representação nº 9/2017-ML, de 15/12/2017 – Processo 41563/2017 - Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca do extrato de contrato de prestação de serviços nº 35/2017, referente ao Processo 150.002.567/2017, destinado à contratação da cantora “Alcione” para a participação nos eventos relacionados ao projeto “Reveillon 2018”.
- Representação nº 10/2017-ML, de 08/12/2017 – Processo 41768/2017 - Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca do alcance insuficiente das metas que integram o Índice de Gestão Descentralizada para o Programa Bolsa Família (IGD-BF) pelo Distrito Federal, especialmente em razão da incapacidade operacional das unidades que realizam as atualizações cadastrais dos beneficiários do aludido programa assistencial.
- Representação nº 11/2017-ML, de 15/12/2017 – Processo 41725/2017 - Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, no tocante ao aluno que desmaiou de fome em uma escola pública do Distrito Federal. Não obstante as diversas questões que permeiam o fato, uma, em especial, chamou a atenção deste Parquet de Contas: a aparente falta de proatividade do Governo do Distrito Federal no cumprimento do decreto nº 23.819/2003.



## ANEXO III

### RECURSOS

#### Primeira Procuradoria

- **Pedido de Reexame–MF – Processo nº 13150/94.** Dos termos da Decisão n.º 1333/2017, de 28/03/2017, proferida no Processo TCDF n.º 1350/1994 (exame do contrato de concessão remunerada de uso firmado entre a Ceasa/DF e o supermercado Makro Atacadista S.A., tendo por objeto o terreno localizado no Setor de Indústrias e Abastecimento Sul, trecho 7, lote 100; e por objetivo estimular a exploração de serviços de comércio atacadista).
- **Pedido de reexame–MF – Processo nº 5964/2015** - Em face da Decisão n.º 3633/17, de 27/07/2017, proferida no Processo TCDF n.º 5964/15-e (Inspeção para aferir a regularidade do modelo econômico da licitação dos ônibus - Taxa Interna de Retorno - TIR), que deliberou pelo sobrestamento dos autos até o julgamento em segunda instância do Processo TJDFT 2013.01.1.092892-0 e a conclusão dos estudos contratados pela Secretaria de Estado de Mobilidade (SEMOB) junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV), dentre outros.

#### Segunda Procuradoria

- **Pedido de Reexame–CF – Processo nº 36.603/2016-e,** em face dos termos da r. Decisão n.º 6.280/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.920, de 13.12.2016, nos autos do Processo nº 36.603/2016-e.
- **Pedido de Reexame–CF – Processo nº 27.396/2016-e,** em face dos termos da r. Decisão n.º 597/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4.932, de 21/02/2017, nos autos do Processo nº 27.396/2016-e
- **Recurso de Reconsideração–CF – Processo 7193/2015-e,** em face dos termos da r. Decisão 2507/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4956, de 21/06/2017, nos autos do Processo 7193/2015-e.
- **Pedido de Reexame–CF – Processo nº 1889/2017-e,** em face dos termos da Decisão 5484/2017, proferida na Sessão Ordinária 4999, de 9.11.2017, nos autos do Processo 1.889/2017.

#### Terceira Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração–DA – Processo nº 9.341/2008,** contra os termos da Decisão n.º 6.400/2016, proferida na Sessão Extraordinária n.º 93, de 15 de dezembro de 2016, nos autos do Processo n.º 9.341/08.
- **Recurso de Reconsideração–DA – Processo nº 15.946/2008,** em face da r. Decisão n.º 6.430/2016, proferida na Sessão Extraordinária n.º 93, de 15/12/2016, no bojo dos autos do Processo nº 15.946/2008, que trata da Prestação de Contas Anual da

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referente ao exercício financeiro de 2007.

- **Recurso de Reconsideração nº 3/2017-DA – Processo nº 26280/2008**, contra os termos da Decisão n.º 1.628/2017, proferida na Sessão Ordinária n.º 4.943, de 06 de abril de 2017, nos autos do Processo n.º 26.280/2008.
- **Recurso de reconsideração nº 4/2017 – DA – Processo nº 35429/2009** - em face da r. Decisão nº 1.645/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4.943, de 6/4/2017, no bojo do Processo nº 35.429/2009, que trata da Prestação de Contas Anual da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, referente ao exercício financeiro de 2008.
- **Pedido de reexame nº 5/2017-DA – Processo nº 22544/2013** - Pedido de Reexame contra a Decisão nº 2866/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4871, de 7/6/2016, nos autos do Processo nº 22.544/2013.
- **Recurso de reconsideração nº 6/2017-DA – Processo nº 23868/2014** - Recurso de Reconsideração em face da Decisão n.º 2017/2017, proferida na Sessão Ordinária n.º 4.948, de 2/5/2017, no bojo dos autos do Processo nº 23863/2014, que trata de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Controle Interno para apurar prejuízos decorrentes de suprimentos concedido com a finalidade de atender às famílias e indivíduos em situação de risco devido a calamidades públicas e vulnerabilidades sociais, no valor de R\$ 80.000,00.
- **Embargos de declaração nº 7/2017-DA – Processo nº 10218/2017** - contra a Decisão 2.853/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4960, de 13/6/2017, nos autos do Processo nº. 10.218/17-e.

#### **Quarta Procuradoria**

- **Pedido de Reexame-ML – Processo nº 33.287/2013**, em face dos termos da r. Decisão n.º 6.436/2016, proferida na Sessão Extraordinária nº 93, de 15/12/2016, nos autos do Processo nº 33.287/2013.
- **Pedido de Reexame-ML – Processo nº 8.440/2013**, em face dos termos da r. Decisão n.º 640/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4932, de 21/2/2017, nos autos do Processo nº 8.440/2013.
- **Recurso de reconsideração nº 3/2017-ML - Processo nº 33770/2005** - Em face dos termos da r. Decisão n.º 2.757/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4.959, de 8/6/2017, nos autos do Processo nº 33.770/2005.
- **Pedido de Reexame-ML – Processo nº 11320/2017-e**, em face dos termos da r. Decisão n.º 4.058/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4.979, de 22 de agosto de 2017, nos autos do Processo nº 11.320/2017.